



**"O QUE FICOU NA PENUMBRA: O PAPEL ESQUECIDO DO SANATÓRIO  
ESPIRITA ANTÔNIO BATISTA GORDEUCH NA IDENTIDADE DE  
ITAPIRAPUÃ-GO"**

Fernanda Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este trabalho discute o processo de invisibilização do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, fundado em 1961 na cidade de Itapirapuã-GO<sup>2</sup>, considerando sua relevância histórica, social e espiritual no contexto regional. Analisa-se como experiências terapêuticas e religiosas associadas ao espiritismo foram, ao longo do tempo, marginalizadas pelas políticas oficiais de preservação cultural. O estudo evidencia que, embora o sanatório tenha desempenhado papel importante no cenário social, cultural e religioso do município e de regiões vizinhas, sua ausência nos registros institucionais revela uma lógica seletiva que privilegia certos discursos e exclui práticas populares, espirituais e periféricas. Nesse contexto, destaca-se a força da memória comunitária, sustentada por relatos orais e tradições locais, como forma de resistência ao esquecimento institucional. O texto propõe, assim, uma reflexão sobre a necessidade de construir uma história cultural mais plural e inclusiva, que valorize as memórias silenciadas como parte fundamental do patrimônio social e cultural local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Memória Coletiva, Espiritismo, Esquecimento, Invisibilização.

**Introdução**

A construção da memória coletiva está diretamente ligada às escolhas feitas por instituições e pela sociedade sobre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Segundo autores como Gonçalves (2012) e Chuva (2015), o patrimônio cultural emerge como

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – UEG, Campus Cora Coralina.

<sup>2</sup>Itapirapuã está localizada no estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, entre os municípios de Goiás e Jussara. Foi elevada à categoria de distrito em 1953 e tornou-se município em 1958, com instalação oficial em janeiro de 1959. Em 1975, passou a contar com o distrito de Jacilândia, compondo, desde então, sua divisão territorial com dois distritos. A região destaca-se como ponto de ligação entre importantes centros urbanos do noroeste goiano. (IBGE 2022)



campo de disputa simbólica, no qual bens materiais e imateriais são legitimados ou não como representantes da identidade de determinados grupos sociais.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de invisibilização do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch<sup>3</sup>, fundado em 1961 em Itapirapuã-GO, compreendido aqui como expressão significativa da memória social e espiritual da região. Não se trata de propor sua patrimonialização oficial, mas de compreender como se estruturam os mecanismos sociais, religiosos e institucionais que contribuem para o seu apagamento da história oficial. A trajetória do sanatório está profundamente ligada à consolidação do espiritismo no interior de Goiás, doutrina que, embora legalmente reconhecida, sempre enfrentou estigmas e resistências, especialmente em contextos marcados pela hegemonia católica e pelo conservadorismo político-religioso (Veloso, 2010; Gomes Filho, 2014). Nesse cenário, o sanatório destacou-se como espaço alternativo de cuidado espiritual e mental, incorporando práticas como passes, magnetismo e acolhimento fraterno formas que desafiavam a lógica manicomial dominante.

Apesar de seu impacto regional, a instituição permanece fora dos registros oficiais de memória e das políticas de preservação cultural, o que evidencia uma lógica seletiva no reconhecimento patrimonial. Como observa Michael Pollak (1989), o silêncio e o esquecimento são também formas de memória mecanismos que operam não apenas para proteger, mas também para excluir determinadas experiências do campo do que deve ser lembrado. A compreensão do patrimônio, portanto, exige uma abordagem que vá além dos bens materiais e que reconheça práticas, saberes e instituições locais como elementos

---

<sup>3</sup>Antonio Batista Gordeuch foi um padre e médico que viveu na Sicília, no século XV, conhecido por suas ações de caridade e dedicação ao cuidado dos mais necessitados durante aquele período. No plano espiritual, escolheu essa existência como forma de identificação e passou a atuar como mentor espiritual do Centro Espírita desde sua fundação, orientando os trabalhos desenvolvidos tanto no centro espírita quanto no Sanatório Espírita que leva seu nome. Sua presença espiritual se manifestava por meio da incorporação mediúnica, auxiliando diretamente nas atividades de atendimento, cura e acolhimento realizadas nesses espaços. (Informações baseadas em relatos orais de frequentadores e médiuns do Centro Espírita Antônio Batista Gordeuch, em Itapirapuã-GO. Livro de Atas N°01 da Instituição).

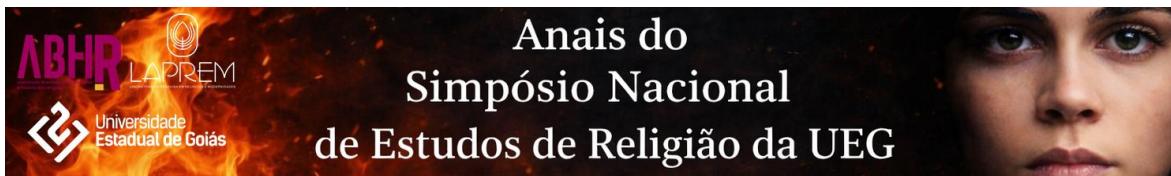


fundamentais da memória coletiva. Pierre Nora (1993) destaca que a memória se sustenta por meio de símbolos e significados sociais, enquanto Le Goff (2003) nos lembra que “o patrimônio não é o que se guarda, mas o que se escolhe guardar” uma escolha sempre atravessada por relações de poder.

Além disso, Kossoy (2001) aponta que os processos de esquecimento são construídos por meio das imagens e discursos dominantes, moldando o que é visível na paisagem cultural. Assmann (2011) e Britto (2016) reforçam a importância de incluir na memória cultural as vozes subalternizadas, que sobrevivem na oralidade e nas práticas de resistência das comunidades. Ao analisar o caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, este trabalho busca contribuir para o debate sobre os patrimônios invisibilizados e para a compreensão crítica das forças que operam os processos de exclusão simbólica. Mais do que propor reconhecimento formal, o objetivo é questionar os critérios e disputas que moldam o que se torna patrimônio e o que permanece esquecido, revelando os contornos de uma história cultural ainda marcada por desigualdades e silenciamentos.

### **O Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch: História e Relevância Social.**

Fundado oficialmente em 05 de agosto de 1961 na cidade de Itapirapuã-GO, o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch foi uma instituição filantrópica que desempenhou um papel fundamental na assistência a pessoas com transtornos mentais, espirituais e diversas outras enfermidades. Por meio da análise dos documentos da própria instituição, é possível constatar que o sanatório não se dedicava exclusivamente ao cuidado da saúde mental ou de casos de obsessão espiritual, mas também tratava diversos tipos de enfermidades físicas. Também conhecido como “Casa de Saúde”, o sanatório conquistou, ao longo das décadas, notável prestígio e reconhecimento, ultrapassando as fronteiras municipais e estaduais. Registros presentes nos livros de internação atestam a admissão de pacientes vindos de diferentes estados brasileiros, como Minas Gerais, São Paulo, e Mato Grosso, evidenciando seu alcance regional e a confiança depositada na instituição. Essa credibilidade estava fundamentada em um modelo de atendimento baseado na fé, no acolhimento espiritual e nas práticas terapêuticas inspiradas na doutrina espírita, o que



conferiu ao Sanatório uma identidade singular e um papel relevante na história da saúde e da espiritualidade no Centro-Oeste brasileiro.

Funcionando até o início da década de 1990, o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch acolheu milhares de pacientes ao longo de sua existência. Conforme levantamento realizado a partir dos documentos da própria instituição, já foram identificados mais de três mil e oitocentos registros de internação, número que evidencia sua relevância regional no cuidado de pessoas com diferentes enfermidades. Relatos orais de ex-funcionários e moradores da cidade revelam que o sanatório era percebido não apenas como uma unidade hospitalar, mas como um espaço de acolhimento espiritual e de transformação existencial. A doutrina espírita desempenhava um papel central nas práticas terapêuticas desenvolvidas no local, oferecendo uma alternativa ao modelo manicomial hegemônico da época, caracterizado pela exclusão, pela medicalização excessiva e pela institucionalização coercitiva de indivíduos considerados “loucos” (Gomes Filho, 2014).

Enquanto o sistema psiquiátrico brasileiro, especialmente até a reforma iniciada na década de 1980, funcionava em grande parte como um instrumento de controle social, muitas vezes desumanizando os sujeitos em sofrimento psíquico (Arbex, 2013), o Sanatório Espírita se diferenciava por uma abordagem baseada na fé, na caridade, no tratamento espiritual e no cuidado humanizado, alinhando-se aos princípios do espiritismo e ao acolhimento ético dos mais vulneráveis. Apesar de sua contribuição significativa para a saúde, a espiritualidade e a história local, o sanatório foi gradualmente esquecido pelas instituições públicas locais e regionais. Atualmente, seu prédio encontra-se em estado de abandono e ruína, sem qualquer tipo de sinalização, tombamento ou política pública voltada à preservação de sua memória ou à valorização dos serviços assistenciais ali prestados.

Esse apagamento se insere no que Pierre Nora (1993) define como o processo de ruptura entre a memória viva e a história oficial, o que leva à necessidade de criação dos chamados “lugares de memória” espaços reais ou simbólicos que resistem ao esquecimento coletivo. Já Márcia Chuva (2015) argumenta que o reconhecimento oficial do patrimônio cultural, especialmente o imaterial, é resultado de disputas de poder que silenciam determinadas memórias e privilegiam outras, o que ajuda a compreender por que uma



instituição com tamanha relevância foi excluída do circuito institucional da memória patrimonial. Gonçalves (2015) complementa essa reflexão ao afirmar que os discursos sobre o patrimônio são sempre seletivos e orientados por interesses sociopolíticos: “todo patrimônio é uma retórica da perda”, pois aquilo que se tenta preservar já está em processo de esquecimento.

O caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch exemplifica claramente essa lógica de invisibilização de experiências espirituais, populares e periféricas, que, apesar de sua importância histórica e social, permanecem à margem das políticas de preservação cultural. Entre os fatores que contribuíram para esse silenciamento, destaca-se o papel das forças de poder religioso, em especial o da Igreja Católica, que historicamente deteve o monopólio simbólico da fé no Brasil. A Igreja, como instituição com grande influência sobre a sociedade e o Estado, exerceu por muito tempo o poder de legitimar ou deslegitimar práticas religiosas e instituições ligadas à espiritualidade (Gomes Filho, 2014). Quando essas instituições, como é o caso do sanatório espírita, colocavam em xeque sua autoridade ou ofereciam formas alternativas de religiosidade e cuidado, tornavam-se alvos de intensa oposição. O espiritismo, ao propor uma doutrina racional e desvinculada da liturgia tradicional, foi duramente combatido, visto como ameaça à ordem religiosa estabelecida (Brito 2016, Gomes filho 2014). Esse embate contribuiu não apenas para o preconceito contra os praticantes, mas também para a exclusão de suas instituições do reconhecimento oficial enquanto patrimônio cultural. Nesse sentido, o apagamento do Sanatório Antônio Batista Gordeuch deve ser compreendido como parte de um processo histórico mais amplo de disputa por memória, legitimidade e poder.

A ausência de reconhecimento oficial do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch como patrimônio cultural corrobora para um processo ativo de esquecimento social e institucional. Esse apagamento, longe de ser aleatório, está inserido em um contexto mais amplo de marginalização das experiências religiosas e terapêuticas não-hegemônicas, como o espiritismo, e da estigmatização histórica associada à loucura. Como destaca Pollak (1989), o silêncio e o esquecimento são também formas de memória, no caso do sanatório, observa-se um silenciamento que se articula tanto no campo religioso quanto no médico, à medida



que práticas espirituais de cura foram deslegitimadas com o avanço da psiquiatria moderna e da reforma manicomial no Brasil (Brasil 2005).

A patrimonialização, segundo Le Goff (2003), é fruto de escolhas culturais feitas por grupos sociais que buscam manter viva a memória de símbolos que os representam. A exclusão do sanatório demonstra a seletividade dessas escolhas. Além disso, como aponta Chauí (2000), a construção da identidade nacional frequentemente desconsiderou os saberes populares e as práticas locais, privilegiando uma modernidade importada, elitizada e excludente. Apesar da invisibilização atual por parte das instâncias de preservação oficial, documentos administrativos e registros de internação atestam que o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch gozava de amplo reconhecimento institucional e social, inclusive fora dos limites do estado de Goiás. Há registros de encaminhamentos médicos e judiciais provenientes de comarcas de estados vizinhos, como Minas Gerais, evidenciando que a instituição era considerada referência regional no cuidado com pessoas em sofrimento psíquico e espiritual. Esses documentos reforçam que o sanatório não atuava de maneira isolada, mas inserido em uma rede de confiança que envolvia famílias, médicos, autoridades civis e lideranças religiosas de diferentes localidades.

O reconhecimento do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch por autoridades de outras unidades federativas é um indicativo claro de sua inserção em redes institucionais mais amplas, rompendo com a ideia de que sua atuação se restringia ao local ou ao campo informal da espiritualidade popular. Um exemplo significativo desse reconhecimento encontra-se no ofício emitido pelo Juiz de Direito da Comarca de Tupaciguara, Minas Gerais, Maurício Ramos, em 1984, no qual ele determina o internamento de um sentenciado naquela instituição. Trata-se de um documento que, além de comprovar a confiança depositada na eficácia terapêutica do sanatório, revela o trânsito institucional da prática espírita em meio a estruturas formais do Estado.

Senhor presidente, aprez-nos levar ao seu conhecimento que este juiz determinou o internamento do sentenciado Pedro Alcântara neste Sanatório. Outrossim, solicitamos-lhe para manter este juízo bem informado a respeito da evolução do tratamento do internando. Certo de sua atenção sobre o assunto, aproveitamos a oportunidade para lhe apresentar protestos de alta estima e consideração. Cordiais saudações, Mauricio Ramos Juiz de direito. Ao Ilmo. Sr. José Lino de Paiva DD.

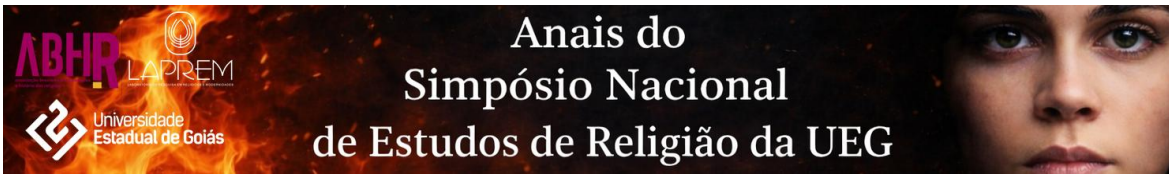


Presidente do Sanatório Espírita Antônio Batista de Gordeuch de Itapirapuã-GO (Ramos, 1984).

As correspondências institucionais como os ofícios judiciais que determinavam internações no Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch reforçam que a instituição foi, em seu tempo, legitimada socialmente e reconhecida por autoridades civis, jurídicas e médicas. Esses registros funcionam como marcadores de memória, revelando que o sanatório integrava uma rede de confiança entre diferentes setores sociais e estatais. Entretanto, o que se observa hoje é um paradoxo evidente: apesar da documentação que comprova sua importância regional no cuidado espiritual e psíquico, o sanatório permanece ausente dos registros formais de preservação patrimonial e da memória institucionalizada. Como destaca Le Gof (2003) essa ausência não deve ser compreendida como um simples esquecimento acidental, mas como parte de um processo seletivo de construção da memória coletiva, em que certas práticas e saberes sobretudo os ligados a religiões não hegemônicas, como o espiritismo são sistematicamente silenciados.

Como propõe Pierre Nora (1993), a memória coletiva não depende apenas da permanência física dos lugares, mas das formas como esses espaços são representados, inscritos e ressignificados nas estruturas sociais e nas narrativas históricas. O apagamento do sanatório, nesse sentido, não resulta da ruína de sua edificação, mas da fragilidade de sua inserção simbólica nos circuitos oficiais da memória. Necessário compreender os mecanismos sociais, políticos e culturais que operam esse apagamento, examinando as relações de poder que definem o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. A questão central não é reivindicar o tombamento da instituição como patrimônio, mas problematizar por que e como ela foi excluída das narrativas históricas e patrimoniais oficiais, apesar de sua comprovada relevância.

Em meio a essas dinâmicas, a análise das fontes documentais e dos testemunhos orais permite lançar luz sobre as forças de exclusão e resistência que permeiam o campo da memória. Ao fazer isso, busca-se compreender não apenas o caso específico do sanatório, mas também os processos mais amplos de silenciamento que afetam bens culturais associados a tradições religiosas, espirituais e terapêuticas dissidentes no Brasil. Conforme ressalta Le Goff (2003), a definição do que se torna patrimônio envolve escolhas sociais e



políticas que privilegiam certas memórias e, ao mesmo tempo, operam o apagamento de outras. A exclusão do sanatório dos circuitos oficiais de memória não se deve à ausência de relevância histórica ou social, mas à sua associação com práticas terapêuticas espirituais que desafiam a racionalidade biomédica dominante e os discursos religiosos institucionalizados. Esse tipo de esquecimento institucional, ainda que velado, é o que Aleida Assmann (2011) define como “esquecimento seletivo”, um mecanismo por meio do qual estruturas de poder determinam quais narrativas devem ser preservadas e quais devem ser relegadas à invisibilidade. Segundo a autora, a memória cultural precisa “resistir ativamente às forças que impõem limites ao que pode ser lembrado”, especialmente quando essas forças deslegitimam formas de religiosidade ou cuidado situadas à margem dos centros de poder.

A ausência de reconhecimento oficial do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch não é fruto do acaso ou da simples falta de informação, mas sim resultado de uma lógica histórica de exclusão e marginalização cultural. Essa invisibilização institucional expressa uma disputa simbólica entre aquilo que é reconhecido como parte do patrimônio legítimo e aquilo que é deixado à margem, por não corresponder aos valores ou interesses dominantes das políticas oficiais de preservação (Assmann 2011). Trazer à tona documentos históricos, como o ofício do juiz Maurício Ramos que legitimava a atuação do sanatório como espaço de cuidado espiritual e de saúde, bem como os relatos orais de ex-pacientes, familiares e moradores de Itapirapuã, constitui um ato de resistência simbólica. É, também, um movimento de afirmação de identidades locais, espirituais e populares que não encontram espaço nos registros oficiais da memória nacional.

Nesse sentido, conforme destaca Guedes (2013), ao interpretar Stuart Hall, a identidade cultural contemporânea é marcada por processos de identificação que não são fixos, mas sim construídos politicamente, podendo ser conquistados ou perdidos. Para Guedes, a memória é um elemento dinâmico, mobilizado em disputas de pertencimento, em que a identificação se tornou politizada, sendo parte de uma "política da diferença". Essa lógica se evidencia quando se observa que o sanatório, mesmo sendo lembrado afetivamente pela comunidade, permanece excluído das narrativas oficiais de patrimônio. Ao lado dos registros formais, persistem os relatos comunitários muitos deles sustentados pela tradição



oral que mantêm viva a memória do sanatório como espaço de acolhimento, fé e cura. Essas narrativas populares não apenas corroboram a importância histórica da instituição, mas também expressam o que Guedes (2013), a partir de Hall, compreende como novas formas de identidade cultural, construídas a partir de experiências plurais, fragmentadas e historicamente situadas, especialmente em contextos pós-coloniais e periféricos. Moradores de Itapirapuã e de regiões vizinhas relatam com frequência histórias de parentes e conhecidos que passaram pela “Casa de Saúde”, como também era chamada a instituição. Esses testemunhos revelam uma memória afetiva e espiritual que resiste ao esquecimento institucional, reafirmando o valor simbólico e identitário daquele espaço para a população local.

De maneira semelhante, Guedes (2013) comentando García Canclini, demonstra como o autor contribui para a compreensão da resistência cultural por meio da noção de hibridização, um processo pelo qual elementos culturais distintos, como o tradicional, o moderno, o popular e o religioso, entrelaçam-se e dão origem a novas formas de identidade e expressão social. Essa perspectiva é fundamental para compreender o caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, cuja atuação se estruturava justamente na intersecção entre saúde, espiritualidade e assistência social, conformando um saber terapêutico híbrido, que transcendia os limites da medicina convencional e incorporava práticas de cura baseadas na fé e na cultura local. A experiência do sanatório ilustra uma forma singular de cuidado, que mobilizava elementos simbólicos, afetivos e religiosos para oferecer alternativas ao modelo psiquiátrico hegemônico da época.

Compreender o caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch no contexto da memória cultural não significa reivindicar seu reconhecimento como bem patrimonial formal, mas analisar os mecanismos simbólicos e institucionais que contribuíram para o seu apagamento dos registros oficiais. A invisibilidade do sanatório, apesar de sua relevância social e espiritual, evidencia como práticas culturais híbridas, religiosas e periféricas são frequentemente marginalizadas pelos discursos hegemônicos de preservação. Nesse sentido, a análise do esquecimento não é neutra, mas envolve disputas de poder sobre o que merece ser lembrado como parte da identidade coletiva. Como destaca Guedes (2013), ao interpretar



Stuart Hall, a identidade cultural não é um dado fixo, mas um processo em constante reconstrução, atravessado por conflitos, negociações e silenciamentos. Hall afirma e Guedes reforça que “a identidade é um ponto de chegada e não de partida”, sendo formada nas lutas por reconhecimento, pertencimento e memória.

Apesar de ausente da memória oficial, o Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch permanece vivo na lembrança da comunidade como espaço de fé e acolhimento. Seu apagamento revela a exclusão de práticas espirituais e de cuidado não hegemônicas da história oficial, reforçando a necessidade de uma memória mais plural e inclusiva

### **Memória, Poder e Esquecimento: Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Invisível**

A discussão acerca do patrimônio cultural frequentemente privilegia bens materiais e narrativas oficiais, relegando às margens experiências e práticas sociais que não se alinham às versões hegemônicas de história. Neste contexto, Michael Pollak oferece uma contribuição fundamental ao problematizar os mecanismos pelo qual memórias sociais coexistem, competem e muitas vezes se anulam no processo de construção do que é considerado “patrimônio”. Pollak (1989) afirma que “o silêncio e o esquecimento também são formas de memória”, mecanismos que atuam para proteger certas experiências enquanto marginalizam outras. Essa perspectiva amplia o entendimento de que o esquecimento institucional não é meramente uma ausência de memória, mas uma estratégia de controle social, onde experiências são marginalizadas, deliberadamente silenciadas.

Ao explorar esses aspectos, é pertinente trazer também as reflexões de Maurice Halbwachs, cuja teoria da memória coletiva enriquece continuamente os debates sobre a construção social da memória. Halbwachs (1992) argumenta que a memória não é apenas uma atividade individual, mas uma construção social que acontece dentro de grupos e categorias sociais. Para ele, “a memória é sempre uma memória de alguém”, ou seja, ela está sempre inserida em contextos sociais e depende de meios de conservação e transmissão compartilhados, como a linguagem, os rituais e as tradições.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu



ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (Halbwachs 1992 p 40)

Nesse sentido, a memória coletiva funciona como um "arquivo social", no qual se codificam e se preservam histórias, valores e práticas de grupos específicos, formando o que Chuva (2015) entende como uma modalidade de patrimônio imaterial que ultrapassa a dimensão física dos bens culturais. Essa compreensão é especialmente importante para o caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, cuja memória, embora silenciada nos registros oficiais, permanece viva nas comunidades locais, nas práticas tradicionais e nos relatos orais que ainda circulam entre moradores de Itapirapuã. As memórias subjetivas, coletivas e comunitárias como os testemunhos sobre tratamentos e vivências na chamada “Casa de Saúde” constituem elementos fundamentais para compreender as dinâmicas de preservação informal de experiências não legitimadas institucionalmente.

Halbwachs (1992) observa que a memória social é construída por meio de processos seletivos e orientações políticas que determinam o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Esse tipo de esquecimento intencional atua como mecanismo de regulação simbólica, promovendo a exclusão de experiências que desafiam uma identidade coletiva dominante ou homogênea. A exclusão do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch dos registros formais pode, portanto, ser interpretada como resultado direto dessas escolhas seletivas, nas quais memórias associadas a religiosidades periféricas, como o espiritismo, são sistematicamente marginalizadas (Assmann, 2011).

Como lembra Le Goff (2003), a memória é também um campo de disputa, no qual diferentes grupos lutam para que suas narrativas sejam reconhecidas e preservadas. A análise do caso do sanatório permite observar essas disputas em operação, evidenciando quais memórias são validadas pelos discursos oficiais e quais são silenciadas pelas estruturas de poder. Ainda que fora do circuito institucional, as tradições, vivências e manifestações culturais relacionadas ao sanatório continuam a operar como formas de resistência ao esquecimento, atualizando e transmitindo sentidos compartilhados por meio da memória social. Essa dinâmica está em consonância com o pensamento de Pierre Nora (1993), para



quem a memória coletiva se sustenta em práticas, lugares e narrativas que evocam experiências comuns. Logo, refletir sobre o esquecimento do sanatório é também lançar luz sobre as estruturas que regulam o acesso à memória pública, contribuindo para uma compreensão mais crítica e plural da história cultural brasileira.

Halbwachs (1992) também destaca que a revitalização de memórias coletivas se dá por meio da “reconstrução do passado através da reinterpretação das fontes sociais”, o que reforça a necessidade de ações concretas de valorização da memória, como o protagonismo social, gravações, registros orais e atividades comunitárias práticas que, conforme recomenda Gonçalves (2015), são essenciais para manter vivas as experiências coletivas. Tais ações fortalecem o vínculo entre identidade local, memória social e patrimônio cultural, possibilitando formas de resistência efetiva frente ao apagamento e ao silenciamento institucional.

Essa perspectiva conduz à compreensão de que o processo de patrimonialização está longe de ser neutro ou meramente técnico. Ao contrário, ele é profundamente atravessado por escolhas sociais, políticas e simbólicas que definem o que merece ser lembrado e o que pode ser excluído das narrativas oficiais. A análise da invisibilização do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch como patrimônio cultural evidencia que o esquecimento institucional não se configura como simples omissão, mas sim como uma estratégia ativa de marginalização de experiências consideradas periféricas, como as práticas terapêuticas ligadas ao espiritismo. Nessa mesma direção, as contribuições de Michael Pollak (1989) e Maurice Halbwachs (1992) ajudam a compreender que a memória coletiva é construída socialmente, e que seu silenciamento revela dinâmicas de poder e exclusão. O que se observa no caso do sanatório é um esquecimento intencional, sustentado por filtros seletivos impostos pelas estruturas dominantes, o que ajuda a explicar sua ausência nos registros oficiais de bens culturais, mesmo diante de sua comprovada relevância histórica, social e espiritual.

Complementando essa análise, Pierre Nora (1993) reforça que a memória é, em essência, um campo de disputa. Para ele, os chamados “lugares de memória” são instrumentos fundamentais na resistência ao apagamento, pois mantêm vivas experiências que não foram legitimadas pelas narrativas oficiais. No caso do sanatório, é justamente nos



relatos orais da comunidade, nas lembranças afetivas, nos rituais e na linguagem cotidiana que se encontra o verdadeiro acervo de um patrimônio imaterial não reconhecido. Reafirma-se, assim, que as memórias comunitárias mesmo quando não institucionalizadas são legítimas e indispensáveis à construção de uma história mais plural, inclusiva e democrática.

Diante disso, seguindo novamente as orientações de Gonçalves (2015), ressalta-se a urgência de iniciativas práticas que fortaleçam a articulação entre memória, identidade e patrimônio. Entre essas ações, destacam-se: registros orais, oficinas de educação patrimonial, criação de acervos comunitários e projetos de valorização cultural com a participação ativa da população local. Apenas por meio desse protagonismo social e comunitário será possível reconstruir narrativas históricas mais justas capazes de acolher memórias silenciadas e devolvê-las ao seu devido lugar no espaço público e na história oficial.

### **Considerações Finais**

A análise do caso do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch, à luz das teorias sobre memória coletiva, esquecimento e patrimonialização, evidencia que a construção da memória cultural é profundamente marcada por escolhas sociais, políticas e religiosas. Como apontam autores como Pollak (1989), Le Goff (2003) e Assmann (2011), a memória se constitui em meio a disputas simbólicas que legitimam determinados saberes enquanto silenciam outros. Nesse processo, práticas espirituais não hegemônicas, como o espiritismo, frequentemente associadas à religiosidade popular, seguem sendo marginalizadas pelos discursos oficiais e pelas políticas de preservação. A exclusão do sanatório dos registros formais não significa ausência de memória, mas sim a atuação de mecanismos de apagamento seletivo, que definem o que merece ser lembrado como parte do patrimônio cultural. Apesar disso, sua história persiste viva nos relatos da comunidade e nos documentos que registram sua importância regional evidências que desafiam a narrativa única e oficial da história local.

Mais do que propor sua patrimonialização formal, este trabalho buscou compreender as forças simbólicas e institucionais que operam sua invisibilização, refletindo sobre os critérios que orientam o reconhecimento da memória pública. Como afirma Chuva (2015), todo processo de patrimonialização revela também relações de poder e exclusão. Reverter o



apagamento de memórias como a do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch e outras instituições e manifestações culturais exige o engajamento da sociedade civil, o protagonismo comunitário e a atuação crítica das instituições acadêmicas, para que se possa construir uma história mais justa e representativa, onde diferentes formas de viver, crer e cuidar sejam reconhecidas como parte legítima da cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no hospício de Barbacena*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.  
<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5398-estante> [acessado em 01/07/2025]
- ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe (coord.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.  
[https://loja.editoraunicamp.com.br/DynamicItems/Catalog/b66a6515-533b-423e-bbc3-385428fe33e420pp\\_Espa%C3%A7os\\_da\\_recordacao\\_W65.pdf](https://loja.editoraunicamp.com.br/DynamicItems/Catalog/b66a6515-533b-423e-bbc3-385428fe33e420pp_Espa%C3%A7os_da_recordacao_W65.pdf) [acessado em 04/07/2025]
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.  
[http://www.ccs.saude.gov.br/saude\\_mental/pdf/sm\\_sus.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf) [acessado em 09/07/2025]
- BRITTO, Clovis Carvalho. *Luz sobre o alqueire: itinerários do espiritismo no interior do Brasil*. Goiania: Editora Espaço Acadêmico, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.  
[https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia\\_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf](https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf) [acessado em 27/06/2025]
- CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural e memória social: reflexões sobre o processo de patrimonialização no Brasil. In: ABREU, Regina; CHUVA, Márcia (org.). *Dossiê: Patrimônio Cultural e Memória Social*. Revista História Social, Rio de Janeiro, 2015.  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA\\_Marcia\\_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-nocao-de-patrimonio-cultural.pdf) [acessado em 01/07/2025]
- GUEDES, Viviane Marques. A contribuição de Stuart Hall e de Néstor García Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea. Revista da Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, Ano IX, n. 2, fev. 2013.



<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/download/21944/12068/43364> [acessado em 02/07/2025]

GOMES FILHO, Robson. Entre a loucura e o demoníaco: o discurso contra o espiritismo nas linhas do jornal Santuário da Trindade em Goiás na década de 1920. *Revista de História Regional*, v. 19, p. 227-247, 2014.

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/5433/4097/22225> [acessado em 04/07]

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/download/32668/18379> [acessado em 03/07/2025]

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Ibrasa, 1992.

[https://www.academia.edu/36730153/A\\_Memoria\\_Coletiva\\_Maurice\\_Halbwachs](https://www.academia.edu/36730153/A_Memoria_Coletiva_Maurice_Halbwachs) [acessado em: 01/07/2025]

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. *Projeto História*, São Paulo, v. 70, p. 9-35, abr. 2021. DOI: 10.23925/2176-2767.2021v70p9-35.

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/52357> [acessado em 07/08/2024]

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003. <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> [acessado em 22/06/2025]

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. [Acesso em: 30/10/2025].

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989.

<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> [acessado em 30/06/2026]

RAMOS, Maurício. Ofício judicial ao Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch. Itapirapuã-GO, 1984. (Documento institucional. Acervo do Sanatório Espírita Antônio Batista Gordeuch).

VELOSO, Airton; VELOSO, Eurípedes. *Primórdios do espiritismo em Goiás*. Goiânia: FAEGO, 2010.